

UPS VILAS ZUMBI E LIBERDADE: PESQUISA DE OPINIÃO E RESULTADOS APÓS A APLICAÇÃO DA DOUTRINA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA

Fernanda PEGORINI¹
Mauro Celso MONTEIRO²

RESUMO

Sabe-se que, durante muitos anos, houve uma atuação mais repressiva e tradicional de aplicação policial na segurança pública brasileira. Com o advento da doutrina de Polícia Comunitária, constantes modificações vêm sendo aplicadas, no sentido de aproximar a comunidade da Polícia militar, com foco na resolução de problemas e busca por uma melhor qualidade de vida. Após a instalação de uma Unidade Operacional da Polícia Militar do Paraná, juntamente com a inauguração de uma Unidade Paraná Seguro em áreas consideradas de alto risco, no município de Colombo, foi iniciado um trabalho de polícia comunitária. Para avaliar a opinião da comunidade perante os novos trabalhos ali realizados, 220 pessoas residentes e comerciantes nas regiões das Vilas Zumbi dos Palmares e Liberdade foram entrevistadas. Foi detectado que 72% das pessoas tinham conhecimento da criação da Unidade; 65% das pessoas que afirmaram terem sido vítimas de crimes relataram que estes ocorreram antes da criação da Unidade e da aplicação de policiamento comunitário; 63% das vítimas acionaram os serviços policiais, e, destes, em 72% dos casos o atendimento ocorreu em até 30min após a chamada. Destes atendimentos, 56% foram considerados excelentes ou ótimos, e 35%, bons; 95% dos entrevistados consideraram uma melhoria após a instalação do policiamento na região, e 89% se dizem satisfeitos ou muito satisfeitos com o policiamento local. Diante dos fatos, conclui-se que a polícia de proximidade eleva realmente a confiança no serviço policial em relação à comunidade, bem como os efetivos policiais passam a ser apoiados e respeitados.

Palavras-chave: Polícia Comunitária, pesquisa em comunidade, cidadania.

Por muitos anos, o Brasil, durante seu desenvolvimento e sua história, adaptou-se aos moldes tradicionais de segurança pública. A repressividade, a forma rígida e sem diálogo, a extrema preocupação com incidentes, emprego da força máxima e a resolução do crime foram, durante muitos anos de policiamento, tidos como fundamental para as formas de proporcionar segurança à população. Enfim, a preocupação dos agentes de segurança, em seus serviços, era relacionado ao rápido tempo de resposta, sendo a forma imediata a maneira considerada a ideal. Dessa forma era classificada uma boa polícia (BOHN, 2016).

¹ 1º Tenente na Polícia Militar do Paraná. Desde sua formação, em 2011, trabalha na área de polícia comunitária, possuindo os cursos de Promotor, Multiplicador e Multiplicador Internacional de Polícia Comunitária. Ministra cursos e aulas na área relacionada, e atualmente integra a Coordenadoria de Polícia Comunitária na PMPR. Email: pegorini@pm.pr.gov.br

² Diretor/Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê. Coronel da Polícia Militar do Paraná. Mestre em Políticas Públicas pela UEM. Email: maurocm@pm.pr.gov.br

Porém, com o advento da Constituição de 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã”, as opiniões acerca do assunto começaram a ser modificadas, e experiências mundiais foram analisadas, fazendo com que especialistas na área de segurança pública percebessem uma situação: a melhor forma de acabar com o crime é por meio da denominada Polícia Comunitária (BOHN, 2016).

Essa filosofia, cada vez mais aplicada em países desenvolvidos, é uma doutrina que visa uma parceria entre população e polícia. Segundo Trojanowicz & Bucqueroux (1994), polícia comunitária é entendida como uma filosofia e uma estratégia organizacional, sendo que estas promovem uma maneira de parceria entre a polícia, agentes policiais e população. É baseada na ideia de que tanto a instituição policial quanto à comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas considerados de ordem contemporânea, como por exemplo, o crime em si, uso e porte de entorpecente e suas consequências sociais, sensação de insegurança, desordens das mais diversas e, em geral, a decadência do bairro, com o objetivo de melhoria contínua. Assim, logicamente, o objetivo geral dessa filosofia é a melhoria de qualidade de vida nas áreas de atuação. Ou seja, se houver a participação de todos, os problemas sociais poderão apresentar soluções mais efetivas (SANTOS *et. al.*, 2010)

Como pressupostos básicos de polícia comunitária, ressaltam-se os seguintes: a ação pró-ativa aponta uma modalidade de policiamento que evita que os delitos ocorram, através da identificação dos locais, horários e circunstâncias propícias para a ocorrência criminal. A ação preventiva relata que a presença ostensiva do guarda ou vigilante promove automaticamente a confiança da população em relação à autoridade, o que inibe a ação do crime. Outro pressuposto é a Integração dos sistemas de defesa pública e defesa social, sendo uma parceria entre povo e polícia fundamental para potencializar efeitos positivos e busca por soluções. Também é de fundamental importância a transparência, uma vez que a clareza de ações desempenhadas pela polícia e a troca de informações com a população estimula uma maior participação direta do cidadão com o intuito de alcançar uma melhor qualidade da segurança (POLÍCIA COMUNITÁRIA, 2016).

Já o termo “policiamento comunitário”, segundo o descrito por Chak (2016), “é o que simplesmente se chama “a comunidade a dirigir o trabalho policial”, (...) cujo sentido é “juntar-se, unir-se para salvaguardar a segurança pública””. Em outras palavras, pode ser descrito como o ato de promover policiamento de maneira a aplicar o conceito de polícia comunitária (SCHEREMETA, 2005).

Nesse quesito, ao promover o policiamento comunitário, o agente de segurança pública deve inculcar na comunidade a importância da noção de cidadania, ao solicitar a participação de todos nos problemas que atingem a comunidade (JUNIOR, 2015). Junta-se a isso as ações educativas também promovidas pelas próprias ações de policiamento, nas quais o acompanhamento e orientações devem anteceder ações de repressão policial. Ou seja, ações educativas não ocorrem no momento da repressão, e sim como uma forma de prevenção ao crime, por meio de palestras, reuniões comunitárias e campanhas diversas. Outra maneira é a execução de visitas comunitárias, nas quais policiais conversam com a população e analisam a situação do policiamento local; dessa forma, os problemas locais podem ser mais facilmente visualizados, o que torna entrevistas comunitárias uma importante ferramenta de análise de opinião pública e aplicação de policiamento comunitário.

Diante dos fatos, após dois advenços ocorridos no município de Colombo na passagem do ano de 2012 para 2013 (a inauguração da sede do 22º Batalhão de Polícia Militar do Paraná, bem como a Unidade Paraná Seguro Vilas Zumbi e Liberdade), o presente estudo objetivou analisar, por meio de entrevistas, a situação e opinião das comunidades localizadas nos entornos das sedes policiais inauguradas, destaques por seus índices históricos de criminalidade, após a aplicação de um modelo de policiamento comunitário direcionado.

1 A POLÍCIA COMUNITÁRIA EM ÁREAS CONSIDERADAS DE RISCO

O constante aumento da criminalidade, muitas vezes ocorrida após um desenfreado crescimento populacional, acrescentado a uma insuficiente aplicação do serviço policial e de um modelo tradicional de polícia, causa descrédito perante a população, o que afasta a comunidade das polícias e dificulta a melhoria na segurança pública.

Conforme já discutido, a resolução de problemas e a profilaxia criminal dependem diretamente da aproximação e confiança da população em relação à polícia. Áreas de risco são caracterizadas por altos índices criminais, sejam elas homicídios, tráfico e uso de entorpecentes, entre outros. Diante disso, uma vez que a polícia esteja próxima e tenha a confiança do cidadão, ela pode se utilizar dos “olhos e dos ouvidos” dos residentes “com a finalidade de potencializar sua capacidade de prevenir crimes e manter a ordem. Esta é a filosofia básica da maioria dos programas participativos de prevenção. Quando bem

sucedidos, podem contribuir para melhoria na qualidade de vida e para um aprimoramento da capacidade dos cidadãos em desenvolver soluções para seus problemas” (SENASP/MJ, 2008).

Certamente nota-se que locais onde há a participação massiva da comunidade, há uma maior democratização nas funções policiais, bem como um favorecimento no cumprimento dessas atividades:

A população organizada serve de alerta à instituição sobre a gravidade de problemas e a necessidade de maior presença policial. Em via de regra, nesse tipo de programa, o envolvimento dos cidadãos limita-se a realização de tarefas, não havendo uma dinâmica de planejamento comum. A cooperação do público na realização de tarefas policiais é enfatizada, mas subestima-se a sua participação nos processos de integração. É vendido um pacote aos cidadãos: sua cooperação está direcionada a tarefas do tipo identificação de propriedades, notificação de crimes, identificação de áreas de risco, campanhas comunitárias, jornais locais, etc. Outro aspecto é que as ações são identificadas como vigilância entre vizinhos ou grupos de patrulhamento que auxiliam e informam os policiais (vizinhos vigilantes). Na prática, a comunicação flui somente em um sentido, da polícia para a sociedade. Fala-se em parcerias e co-produção, mas na prática, os programas desenvolvem-se dentro dos limites estabelecidos e controlados pela instituição policial, ou seja, um planejamento global e rígido estabelecido sem levar em consideração os aspectos do bairro, da área e da população local. Um programa pensado e estruturado para um bairro ou uma determinada área não será necessariamente adequado para outras (CURSO POLÍCIA COMUNITÁRIA, 2008).

Diante dos fatos, a atividade policial comunitária em áreas de risco é mais próxima aos cidadãos, estabelecendo uma relação de confiança, pela qual os moradores conhecem os policiais que fazem parte do patrulhamento permanente na área. Dessa forma, é possível um resgate e revitalização da vida comunitária.

2 UNIDADES PARANÁ SEGURO E APROXIMAÇÃO POLÍCIA – COMUNIDADE

Unidades Paraná Seguro (UPS), programa governamental do estado paranaense, é atualmente considerada uma maneira de aplicação da polícia comunitária em regiões consideradas de risco. Segundo o citado na página virtual da Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária (2016), as “bases de policiamento comunitário estão sendo instaladas em localidades com alta taxa de tráfico de drogas e homicídios, seguindo critérios técnicos e estatísticas”; os respectivos dados são constantemente acompanhados por meio da Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico (Cape), também pertencente à Secretaria da Segurança Pública (SESP).

Previamente à instalação de uma UPS, é realizado um intenso trabalho investigativo e de inteligência policial, trabalho este que objetiva a prisão de criminosos os quais residem ou agem nas localidades alvo. Para tanto, é realizada uma fase denominada “congelamento”, evento em que um grande contingente policial e de segurança realizam ações no local. Como etapa seguinte, tem-se a instalação da base comunitária, com efetivo policial e ações diversas de serviços públicos que tanto faltam nesses ambientes, tais como pavimentação adequada, limpeza pública, recuperação de ambientes de lazer hora degradados, implantação ou reativação de escolas municipais, entre outras ações colaborativas (SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, 2016).

Para uma aproximação ainda mais completa com a polícia, uma segunda fase, em parceria com a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, ocorre o desenvolvimento de um programa com foco na cidadania e a reinserção social nas áreas onde estão instaladas as UPS. “A proposta é integrar ações de várias secretarias e órgãos do governo para levar às comunidades que abrigam UPS atividades e programas nas áreas de educação, esporte, cultura, saúde, trabalho e emprego, entre outras” (SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, 2016).

Assim, é possível analisar mais aproximadamente as necessidades e prioridades peculiares a cada região, de maneira a garantir uma melhor qualidade de vida para aquelas comunidades.

No município de Colombo, em 08 de maio de 2013, ocorreu a instalação da UPS Vilas Zumbi e Liberdade. A primeira Comandante foi a Aspirante Oficial PM Fernanda Pegorini, a qual promovia, junto à tropa, a realização de um policiamento constante e comunitário. Com um efetivo exclusivo no atendimento à população local, tem como principal objetivo a realização de um policiamento comunitário, no qual há principalmente a prevenção do crime e o acompanhamento, orientação e a solução dos problemas da comunidade. É sediada na Rua Carteiro Luciano Ramos, 261, Vila Zumbi dos Palmares e atualmente atende a uma população de cerca de 12.000 habitantes e 3.000 residências, das Vilas Zumbi e Liberdade, além do Centro Industrial Mauá (3.000 trabalhadores) e arredores, totalizando mais de 15.000 pessoas (22º BPM – HISTÓRICO, 2016).

3 IMPORTÂNCIA DA INSTALAÇÃO DO 22º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR

O 22º Batalhão de Polícia Militar (22º BPM), com sede em Colombo e operacionalmente subordinado ao 6º Comando Regional de Polícia Militar (6º CRPM), foi criado por meio do Decreto Estadual nº 4646, de 21 de maio de 2012. A ação da instalação de uma Unidade Operacional veio devido à necessidade de uma divisão da grande área atendida até então pelo 17º Batalhão de Polícia Militar (17º BPM), o qual atuava em 22 municípios da área da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), área esta sob constante aumento populacional e, conseqüentemente, de criminalidade. Tais situações causaram uma sobrecarga das funções do 17º BPM, o qual foi desmembrado em área norte e sul da RMC em 01 de novembro de 2012. Assim, o 22º BPM assumiu a responsabilidade territorial dos 13 municípios da área norte da RMC, e teve como primeiro comandante o Ten.-Cel. QOPM Mauro Celso Monteiro. No dia 14 de dezembro de 2012, ocorreu a inauguração oficial das instalações da sede do 22º BPM (22º BPM – HISTÓRICO, 2016).

Com sua área territorial dividida em cinco Companhias operacionais, mais os pelotões da UPS Vilas Zumbi e Liberdade, das Rondas Ostensivas Tático Móveis (ROTAM), e Pelotão de Policiamento de Trânsito (PPTran), o 22º BPM realiza diversas atividades em prol da aproximação polícia – comunidade: ações comunitárias, como o projeto cidadão nota 10, em que alunos de escolas das vilas Liberdade e Zumbi dos Palmares frequentam uma escolinha de futebol na sede do Batalhão, no contraturno escolar (projeto em conjunto com a prefeitura de Colombo), garantem o afastamento dos menores das ruas; páscoa e dia das crianças para escolas e instituições beneficentes da região, e campanha do agasalho em parceria com o Programa de Voluntariado Paranaense (ProvoPar), também são ações frequentemente realizadas. Além disso, palestras sobre segurança pessoal para funcionários de empresas situadas em locais com alto risco de criminalidade e visitas de policiais fardados a escolas e creches também ocorrem com frequência (22º BPM – HISTÓRICO, 2016).

O município de Colombo, cidade sede do 22º BPM e também das localidades fontes do presente estudo, com 125 anos de existência política, apresenta características rurais e urbanas; sua população é estimada em 229 mil habitantes (IBGE-2014), é principalmente considerada berço da imigração italiana, por possuir a maior colônia desses imigrantes de todo o estado. Possui uma área total de 198 km², dividida em 42 bairros: 20 na zona rural, e

22 na zona urbana. Seus limites territoriais correspondem, ao norte, com Rio Branco do Sul; a nordeste, com Bocaiúva do Sul; ao sul com Pinhais; a sudeste com Quatro Barras, a leste com Campina Grande do Sul, a sudoeste com Curitiba e a oeste com Almirante Tamandaré (COLOMBO / DADOS GERAIS, 2013)

4 MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa foi de caráter exploratório e descritivo.

Inicialmente, foram pesquisadas, com base no referencial teórico, as formas de pesquisa comunitária mais aplicadas, considerando itens corretos e ideais para serem questionados à comunidade. Em posse dos dados acerca disso, foi realizado um roteiro de entrevistas, com perguntas simples, aplicadas às comunidades localizadas nas Vilas Zumbi dos Palmares e Vila Liberdade (cuja exata localização encontra-se nas Figuras 01 e 02).

As regiões fontes da pesquisa (localizadas no município de Colombo) receberam a Unidade Paraná Seguro (UPS) desde o dia 08 de maio de 2013, sendo que nessas Unidades há a aplicação prática de policiamento comunitário direcionado às comunidades com maiores problemas e histórico de criminalidade regionalizado.

As entrevistas foram direcionadas tanto a moradores comuns, presentes em suas residências nos horários da aplicação das entrevistas, bem como aos comerciantes dos locais analisados. As pesquisas foram aplicadas pelos 92 alunos-soldados do 22º Batalhão de Polícia Militar turma 2013, os quais se encontravam, na época dos fatos, em fase de estágio supervisionado, sendo considerados aptos ao policiamento nas ruas a partir da data de formatura, a qual ocorreu no mês de setembro daquele ano. A temporalidade da pesquisa foi entre as duas semanas finais de julho de 2013, no qual as entrevistas foram realizadas, aleatoriamente, entre moradores e comerciantes da região, sempre no período da tarde. O período destacado corresponde a sete meses após a instalação definitiva do 22º BPM, e dois meses após a inauguração da UPS Vilas Zumbi e Liberdade.

6 TIPOS DE PESQUISA

Adotou-se na pesquisa a modalidade dos estudos descritivos, com interpretação e análise de informações obtidas por meio de entrevista.

7 3.3 ENTREVISTAS

Realizou-se pesquisa amostral, dentro do universo acima delineado, que acarretou como fontes precisas de informação. A pesquisa de campo subsidiou a pesquisa final, por meio das entrevistas dos habitantes das comunidades.

As entrevistas foram promovidas individualmente, com o desconhecimento prévio do assunto desenvolvido, e após uma pequena explanação sobre o tema do presente estudo. Um total de treze questões optativas foi apresentado, sendo que os entrevistados responderam sem nenhum tipo de coação.

Foram entrevistadas 220 pessoas no total, as quais foram regionalmente divididas conforme consta na Tabela 01:

TABELA 01: Divisão do número de entrevistados conforme bairro.

	Residencial	Comercial	Total
Vila Zumbi dos Palmares	60	60	120
Vila Liberdade	60	40	100
Total	120	100	220

8 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro questionamento, foi realizada a averiguação do conhecimento populacional acerca da criação do 22º BPM na região de Colombo. Do total de entrevistados, nas áreas residenciais, 70% afirmaram saber da existência da Unidade Policial Militar, contra 30% que afirmaram desconhecerem. 72% dos comerciantes afirmaram ter conhecimento, contra 28% que desconheciam (Gráficos 01 e 02). Esse alto índice de conhecimento indica uma maior aproximação polícia-comunidade. Isso pode ter ocorrido devido ao policiamento comunitário aplicado com mais ênfase nesses locais, desde a instalação propriamente dita da base comunitária.

Outro quesito que auxilia a explicar os valores mencionados seria a proximidade, seja ela em relação à localização da sede em relação à área de UPS, como também devido à aplicação mais fundamentada da filosofia de polícia comunitária. Desde o início da implementação da Unidade na região, um trabalho de aproximação com a comunidade foi iniciado, unido a diversas ações sociais nas redondezas, o que prova até mesmo uma maior confiança das pessoas dessas localidades para com o efetivo policial entrevistador. Fernandes (1994) afirma que o serviço policial que aproxima as pessoas, com “nome e cara bem definidos, com um comportamento regulado pela frequência pública cotidiana, submetido, portanto, às regras de convivência cidadã”, parece algo impossível de ser alcançado, porém só depende de personalizar a polícia daquele ambiente e fazer dela uma presença comum.

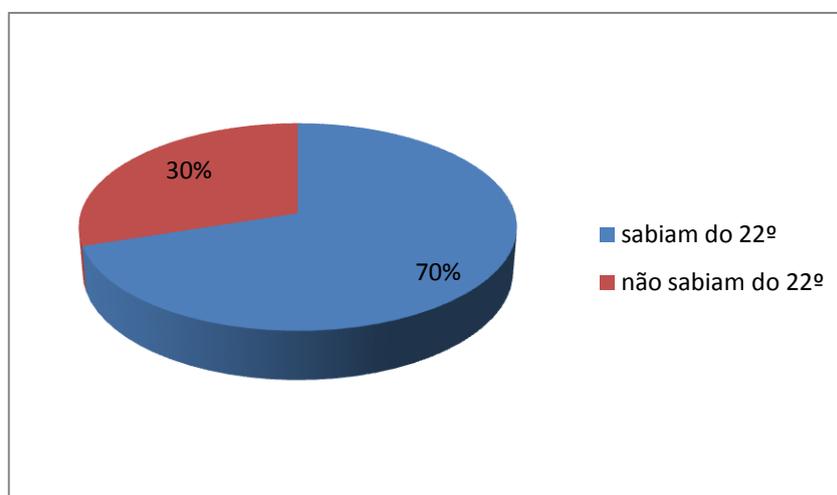


Gráfico 01: conhecimento da população residencial entrevistada acerca da criação e instalação do 22º BPM.

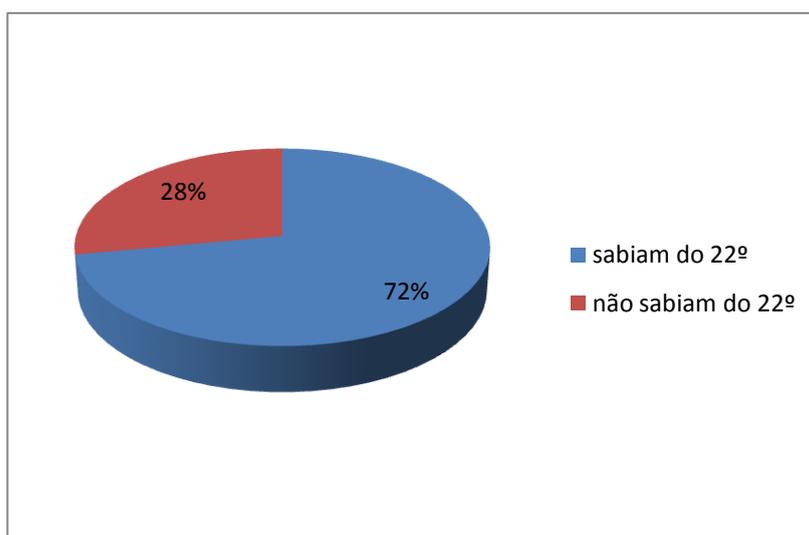


Gráfico 02: conhecimento da população comercial entrevistada acerca da criação e instalação do 22º BPM

TABELA 02: Dados acerca do conhecimento da criação do 22º BPM conforme região.

Vila Zumbi dos Palmares:	Residencial	Comercial
Sabiam da existência do 22º BPM	61%	67%
Não sabiam da existência do 22º BPM	39%	33%
Vila Liberdade:	Residencial	Comercial
Sabiam da existência do 22º BPM	79%	80%
Não sabiam da existência do 22º BPM	21%	20%

No próximo quesito, foi verificado se o cidadão entrevistado sofreu quaisquer tipos de crimes nos últimos dois anos, sendo também averiguado se teria sido antes ou depois da criação da Unidade 22º BPM.

Do total de entrevistados, nas áreas residenciais, 78,34% afirmam não ter sofrido quaisquer tipos de crimes nos últimos dois anos, contra apenas 21,66% que sofreram. Já os comerciantes apontaram índices menos satisfatórios: 74% afirmam não haver sofrido crimes, contra 26% que sofreram. Os dados são os seguintes:

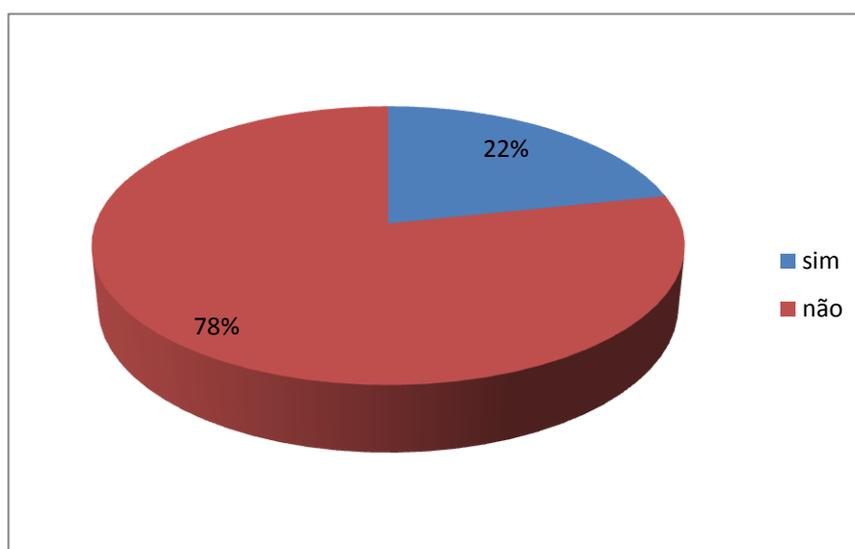


Gráfico 03: percentual de pessoas que afirmam ter sofrido crimes nos últimos dois anos entrevistadas em ambientes residenciais

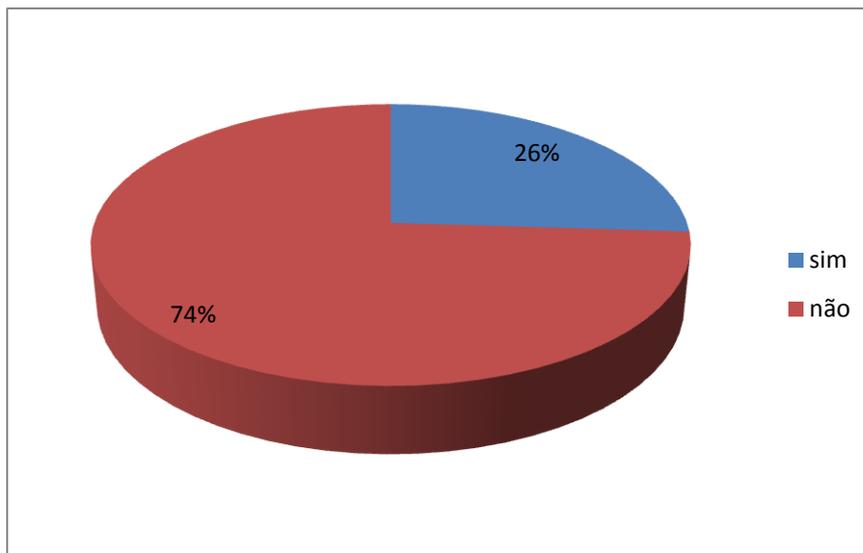


Gráfico 04: percentual de pessoas que afirmam ter sofrido crimes nos últimos dois anos entrevistadas em ambientes comerciais

Das pessoas que afirmaram terem sido vítimas de crimes, 65% afirmaram que estes ocorreram antes da efetivação do Batalhão, contra 35% que foram vítimas após a instalação da Unidade. O decréscimo nestes valores, quando comparados antes e depois da presença constante da polícia nos ambientes destacados, comprova que houve, juntamente a isso, um aumento na sensação de segurança da comunidade, a qual, durante as entrevistas, por diversas vezes mostrou-se grata e satisfeita com as recentes instalações policiais inauguradas nas redondezas.

Destaca-se que a relação de confiança é algo positivo mutuamente; ou seja, não apenas a comunidade se sente mais segura, com respeito e apoio às atividades policiais como, em contrapartida, observa-se um conseqüente aumento na auto-estima do policial-militar, criando uma relação de interdependência entre a comunidade e o policial e vice-versa (CERQUEIRA, 2001). Assim, as forças policiais podem deixar de serem julgadas, e passam a ser apoiadas. Taí a importância de um trabalho constante de aproximação.

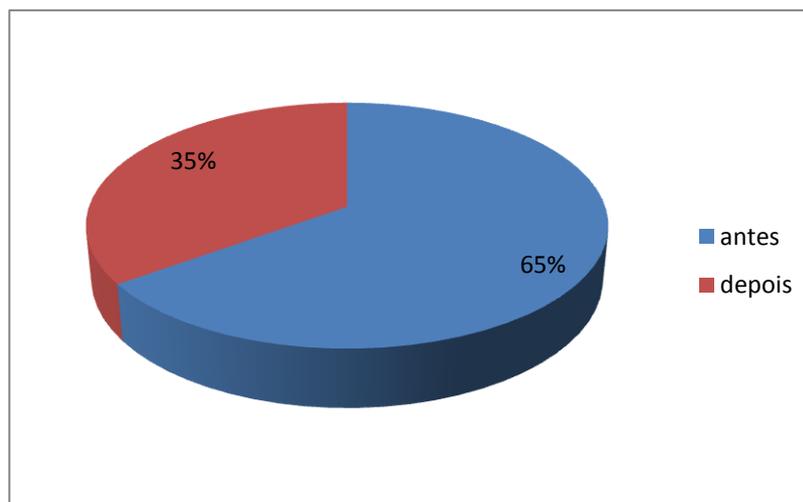


Gráfico 05: percentual de pessoas que afirmam ter sofrido crimes nos últimos dois anos, comparativamente se antes ou depois da criação do 22º BPM.

TABELA 03: Dados de crimes sofridos nos últimos dois anos pelos entrevistados conforme região.

Vila Zumbi dos Palmares:	Residencial	Comercial
Sofreu crimes nos últimos dois anos?	30%	30%
Não sofreu crimes nos últimos dois anos?	70%	70%
Vila Liberdade:		
Sofreu crimes nos últimos dois anos?	26%	20%
Não sofreu crimes nos últimos dois anos?	74%	80%

Ainda em relação a essas pessoas que foram vítimas de crimes diversos, foi questionado se foi realizado acionamento da Polícia Militar para registro de ocorrências, sendo que 63% acionaram a PM, tanto diretamente via 190, quanto diretamente para a viatura policial que passava no respectivo momento, contra 37% que preferiram não acionar, relatando aos entrevistadores a opinião de desnecessidade de acionamento policial, especialmente no que tange a furtos.

Como esta foi uma questão aberta, a maior parte dos entrevistados relatou aos entrevistadores que, antes da instalação do 22º BPM, bem como do início dos trabalhos realizados pelos policiais militares da UPS, não havia confiança em solicitar apoio policial, visto que, segundo eles, a viatura não era enviada, ou ainda o delito não era solucionado. Com a maior presença policial, a comunidade passou a confiar nos serviços policiais, o que fez ocorrer um acréscimo no número de chamadas policiais de ocorrências. Segundo Manual de

Policiamento Comunitário (2009), “programas de policiamento comunitário relatam que uma maior proximidade com a comunidade melhora tanto sua imagem quanto a eficácia de seu trabalho, pois é estabelecida uma relação de confiança que permite respeito recíproco e que resulta no auxílio da população no repasse de informações que auxiliem o trabalho da polícia”. Batista (2014) aponta que o “Policiamento de Proximidade tem como fundamento a presença, proatividade, descentralização e resolução de conflitos da polícia. Sua implantação objetiva promover a aproximação entre policiais e cidadãos, e reduzir os indicadores de criminalidade a partir da ação policial qualificada”.

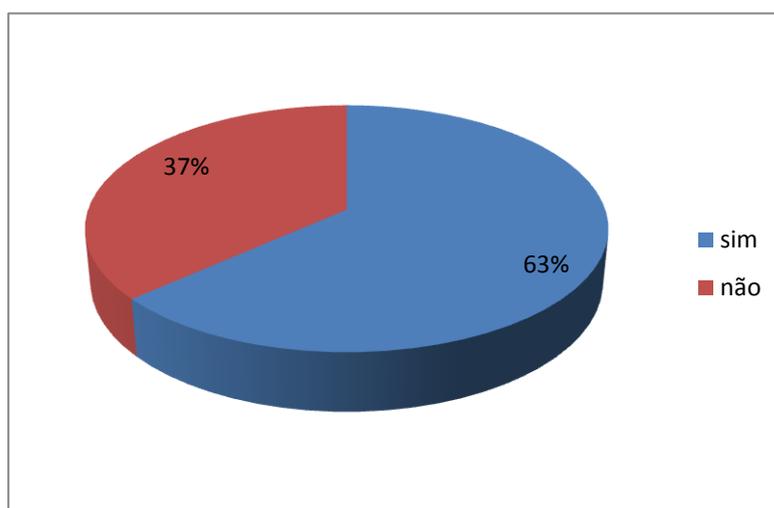


Gráfico 06: percentual de pessoas que afirmam ter acionado a Polícia Militar quando vítimas de crimes diversos.

Nos casos afirmativos, para aqueles que afirmaram haver acionado a Corporação para a resolução ou relato dos crimes, foi questionado o tempo de espera das viaturas, tendo como resultados os expostos no Gráfico 06. Já no Gráfico 07, têm-se avaliação do atendimento policial dada no momento do registro das ocorrências.

O tempo resposta para atendimento de ocorrências é uma das prioridades consideradas pelo modelo tradicional de polícia, na qual não importa a prevenção, mas sim a repressão e a rapidez na chegada para atendimento. (MARCINEIRO, 2009). Infelizmente, a imagem da Unidade Policial acaba por ficar desgastada, uma vez que o cidadão não teria sofrido o crime se as devidas profilaxias tivessem sido tomadas.

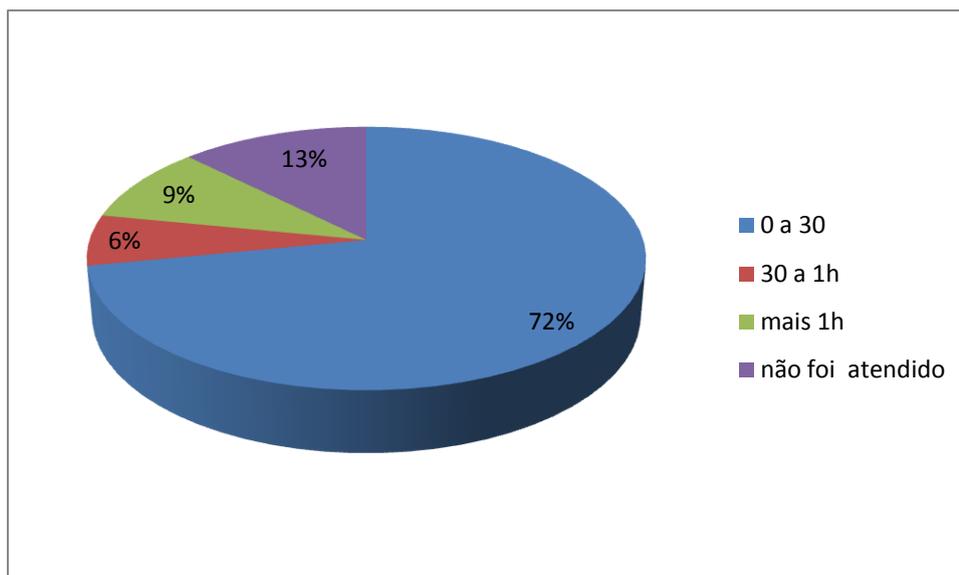


Gráfico 07: percentual de variação temporal de espera pelas viaturas para atendimento policiais em ocorrências.

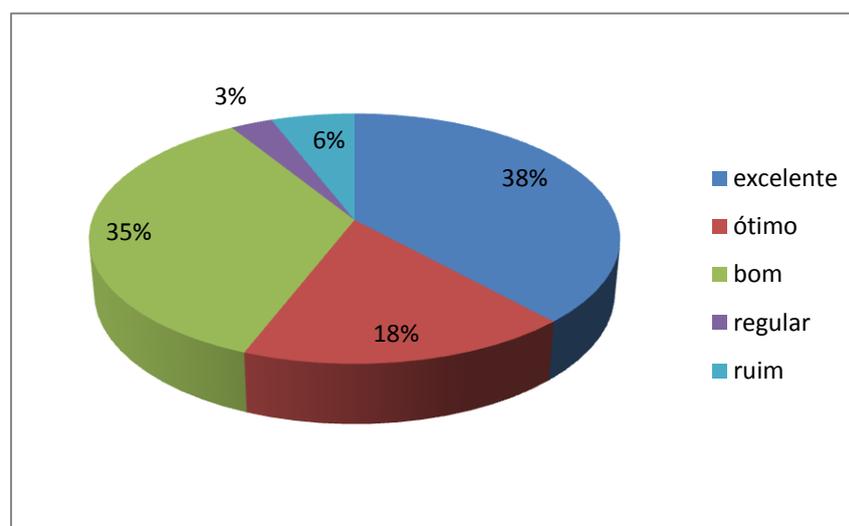


Gráfico 08: Avaliação do atendimento policial militar quando solicitado para situações de ocorrências.

A situação acima relatada mostrou que há uma relativa satisfação da população para com o atendimento policial. Afinal, 56% dos entrevistados consideraram o atendimento excelente ou ótimo. Mesmo com esse dado considerado positivo, devido à aproximação polícia-comunidade já instalada naquelas regiões, sugere-se a aplicação da “entrevista pós trauma”. Esta é composta por uma série de perguntas aplicadas após a vitimização criminal por uma pessoa, o que leva conforto, apoio e conseqüente melhoria na imagem da Corporação frente àquela comunidade.

O próximo questionamento fornecia liberdade do número de respostas dadas pelos entrevistados. Visava saber a opinião das pessoas sobre os crimes recorrentes nas

comunidades locais. Destaca-se que tais dados não foram obtidos por meio de análise estatística dos ambientes monitorados, mas da opinião das pessoas entrevistadas, com o objetivo de analisar a quais crimes se poderia relacionar a possível falta de sensação de segurança daqueles ambientes. As respostas, em quantitativos inteiros, não percentuais, foram as seguintes:

TABELA 04: Dados de naturezas criminais mais comumente observadas ou sentidas pelos moradores das comunidades entrevistadas.

Arrombamentos	21
Destruição de propriedades	14
Roubo de automóveis	28
Violação das leis de trânsito	13
Roubos	56
Prostituição	11
Transgressões de jovens delinquentes	38
Furtos	39
Barulhos em festas	36
Violação das leis de drogas	123
Carros abandonados	13
Jogos de azar	07
Homicídios	39

Discute-se o seguinte em relação aos dados acima demonstrados: roubos e furtos, muitas vezes, acabam sendo confundidos como uma única natureza pela maioria das pessoas as quais não possuem iniciação de estudos na área do direito, o que pode aumentar o quantitativo de insegurança em relação a roubos; roubos de automóveis podem estar diretamente relacionados ao quantitativo de veículos encontrados abandonados nas ruas da comunidade; ambientes onde muitos traficantes foram presos, as regiões entrevistadas apontaram sensação de presença de muitos crimes relacionados a uso/porte de entorpecentes, os quais, juntamente com os homicídios relatados pela imprensa principalmente televisiva, aumentam a sensação de inseguranças das pessoas entrevistadas.

Segundo Cardoso *et al.* (2013), a sensação de insegurança de uma comunidade não está apenas relacionada as taxas de criminalidade daquele local:

Seria de se esperar que pessoas residentes em regiões que possuem altas taxas de criminalidade e violência apresentassem maiores níveis de sentimento de insegurança, entretanto, as pesquisas revelam que esta relação não ocorre de forma tão automática, pois, segundo o autor, o sentimento de insegurança concreto, como, por exemplo, o percentual de crimes, o número de assaltos, arrombamentos, etc., não está ligado apenas às condições, mas também às questões subjetivas, como

influência da mídia, dos vizinhos, percepção dos riscos, ambiente geográfico, etc. (CARDOSO *et al.*, 2013).

Outra questão foi quanto à opinião de moradores quanto à melhora da segurança pública após a implantação da UPS Vilas Zumbi e Liberdade, e os índices foram extremamente positivos: 95% dos entrevistados pensa que houve melhora na segurança pública local, contra apenas 05% que pensam não ter havido melhoras. Provavelmente, a maior presença policial verificada diariamente nas ruas, unidos à presença de policiais mais pacientes e disponíveis a diálogo e atenção as pessoas, promoveu maior sensação de segurança aos moradores. Destaca-se que, devido às diversas operações de trânsito, viaturas posicionadas em pontos estratégicos, somados a policiamento realizado a pé por policiais militares das regiões auxiliam na manutenção, ou até mesmo melhora, destes índices.

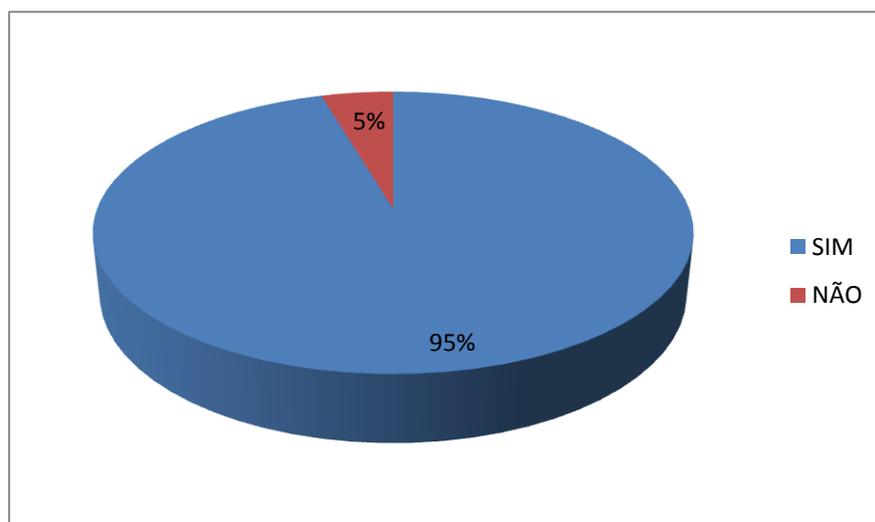


Gráfico 09: Percentual da opinião de moradores quanto à melhora da segurança pública após a implantação do 22º BPM.

A questão seguinte avaliou a satisfação populacional com a polícia militar, com as respostas descritas no Gráfico 10. Já o Gráfico 11 demonstra a imagem da polícia militar, por fim, perante o entrevistado. 43% dos moradores afirmam que consideram que a Polícia Militar, naquela região, tem uma imagem boa; 25% das pessoas consideram uma ótima imagem; 10% consideram regular. 19% a consideram excelente, e apenas 3% consideram ruim. São índices considerados positivos, visto que a instalação da Unidade nas áreas ainda era recente.

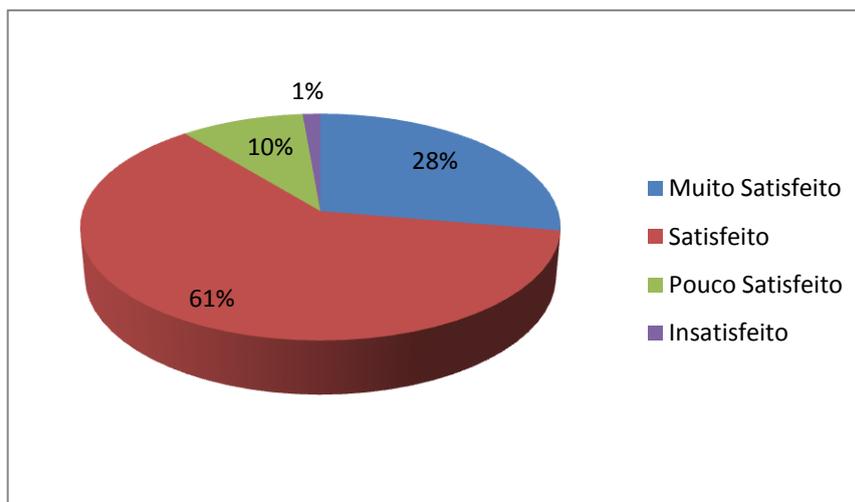


Gráfico 10: Percentual da satisfação populacional com a polícia militar em Colombo

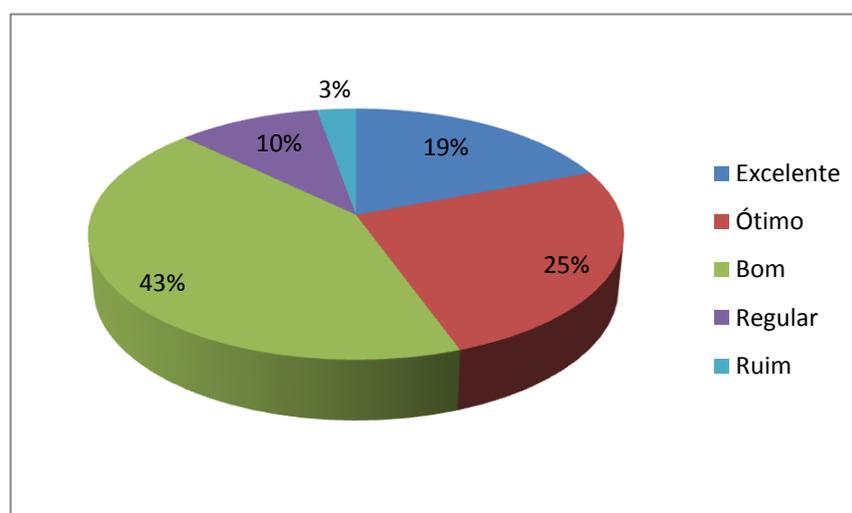


Gráfico 11: Percentual demonstrativo da opinião das pessoas quanto a imagem da polícia militar perante a comunidade.

9 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados, destaca-se que, dentro da perspectiva de polícia e policiamento comunitário, a resolução do crime se torna algo possível, e a melhoria na qualidade de vida da população torna-se evidente.

As comunidades das Vilas Zumbi e Liberdade, de certa maneira, sentiram-se mais seguras, não apenas pela chegada dos novos efetivos policiais, mas ainda mais pela presença de uma polícia militar com foco comunitário e presente na vida e cotidiano das pessoas.

Também há de se analisar que a entrevista é um excelente modo de perceber a reação da comunidade perante o policiamento local, ainda mais se já houver um canal aberto de contato entre ambas, com uma relação de confiança já estabelecida. Assim, a população passa à polícia militar seus anseios, problemas, e busca em conjunto a melhor maneira de solucionar tudo o que a aflige.

Destaca-se que a melhoria na imagem da Corporação perante a sociedade é algo que se constrói a cada dia, com ações policiais, proximidade, boa educação e trato com as pessoas.

REFERÊNCIAS

BATISTA, S. Polícia de proximidade transforma relação nas comunidades: Em cinco anos, UPPs vêm investindo em iniciativas de aproximação com moradores. Disponível em <http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/policia-de-proximidade-transforma-relacao-nas-comunidades/PPP>. Acesso em 25 out. 16.

BONH, M.F. 2016. **Policiamento Comunitário: A Transição da Polícia Tradicional para a Polícia Cidadã**. Disponível em <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/cienciascriminais/IV/54.pdf>. Acesso em 24 out. 16.

CARDOSO, G.R. *et. al.* **Percepções sobre a sensação de segurança entre os brasileiros: investigação sobre condicionantes individuais**. Rev. bras. segur. pública | São Paulo v. 7, n. 2, 144-161 Ago/Set 2013 pg 144 a 161. Disponível em revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/download/316/149. Acesso em 25 out. 2016.

CERQUEIRA, C. M. N. **Do patrulhamento ao policiamento comunitário**. Coleção Polícia Amanhã – Textos fundamentais de polícia do Instituto Carioca de Criminologia. RJ: Ed. Freitas Bastos, 2001.

Chak, W.S. 2016. **Filosofia e Modelo de Policiamento Comunitário - Concretização e Percepção por parte da Polícia Judiciária**. Disponível em http://www.pm.al.gov.br/intra/downloads/bc_policial/pol_07.pdf. Acesso em 24 out. 16.

COLOMBO – **DADOS GERAIS**. 2013. Disponível em <http://www.colombo.pr.gov.br/>. Acesso em 24 out. 16.

FERNANDES, R. C. **Policiamento Comunitário: Como Começar**. RJ: PMERJ, 1994.

GOOGLE MAPS. 2016. Disponível em <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em 26 out. 16.

JUNIOR, H.S.L. 2015. **Polícia Comunitária**. Disponível em <http://pm.to.gov.br/policia-comunitaria/>. Acesso em 25 out. 16.

MANUAL DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: POLÍCIA E COMUNIDADE NA CONSTRUÇÃO DA SEGURANÇA. 2009. SP: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em <https://www.jundiai.sp.gov.br/gestao-de-pessoas/wp-content/uploads/sites/16/2016/02/Manual-Policamento-Comunitario-SENASP-MJ.pdf>. Acesso em 26 out. 16.

MARCINEIRO, N. **Polícia comunitária: construindo segurança nas comunidades.** SC: Insular, 2009.

POLÍCIA COMUNITÁRIA. 2016. Disponível em <http://pm.to.gov.br/policia-comunitaria/>. Acesso em 24 out. 2016.

SANTOS, A.F.G. *et. al.* **Polícia Comunitária e Participação Cidadã: Perspectiva da Psicologia Comunitária.** 58p. Monografia (Bacharel em Psicologia) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE. Governador Valadares: 2010. Disponível em <http://www.pergamum.univale.br/pergamum/tcc/Policiacomunitariaeparticipacaocidadperspectivadapsicologiacomunitaria.pdf>. Acesso em 25 out. 2016.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. 2016. Unidade Paraná Seguro. Disponível em <http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=89>. Acesso em 24 out. 2016.

SENASP/MJ. 2008. **Curso Polícia Comunitária.** Disponível em http://www.conseg.pr.gov.br/arquivos2/File/material_didatico/PoliciaComunitaria_completo.pdf. Acesso em 24 out. 16.

SCHEREMETA, M. T. 2005. A Polícia Comunitária no Estado do Paraná. Disponível em http://www.conseg.pr.gov.br/arquivos2/File/material_didatico/policia_comunitaria.pdf Acesso em 24 out. 16.

TROJANOWICZ, Robert e BUCQUEROUX, Bonnie. **Policamento Comunitário: como começar.** Trad. Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Editora Parma, 1994.

22º BPM – HISTÓRICO. 2016. Disponível em <http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=562>. Acesso em 24 out. 16.